



DOSSIÊ JUDICIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Processo Judicial

Número Único (CNJ):	5002495-64.2018.8.13.0647
Classe:	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Órgão Julgador:	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO (TJMG)
Número Alternativo:	
Ajuizamento:	
Valor da Causa:	R\$ 30.293,28
Eletrônico:	SIM
Intervenção MP:	NÃO
AJG:	NÃO
Entidade:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Parâmetros:	NÃO HÁ
Vinculações (100 máx):	NÃO HÁ

Dados Básicos

NUP:	00417.340061/2023-10
Tipo:	PROCESSO
Abertura:	19/10/2023 21:36
Volume(s):	1
Fase Atual:	CORRENTE
Classificação:	AÇÕES JUDICIAIS (091)
Espécie:	DOSSIÊ JUDICIAL
Procedência:	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Meio:	ELETRÔNICO
Valor:	R\$ 30.293,28
Restrição de Acesso:	NÃO
Acesso Internet:	NÃO
Vinculações:	NÃO HÁ

Interessados (5 no máximo)

Nome	Modalidade	Representado AGU
WEVERTON TARLEY DE CARVALHO (165.847.676-04) <i>WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO (MG0156929)</i>	REQUERENTE (PÓLO ATIVO)	NÃO
BANCO BMG SA (61.186.680/0001-74) <i>PROCURADORIA - BANCO BMG S/A</i>	REQUERIDO (PÓLO PASSIVO)	NÃO

Assuntos

Nome	Principal
INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL (22040)	SIM

[Mais](#)

Informações

Título:	DOSSIÊ JUDICIAL REFERENTE AOS AUTOS N. 50024956420188130647
Descrição:	
Outro Número:	

Localização

Setor Atual: PROTOCOLO (PRF6R)

Localizador:

Tramitações Recentes (5 últimas)

Origem	Destino	Recebido
--------	---------	----------

CARVALHO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA:

WELLINGTON ANTONIO DE CARVALHO OAB-MG 37.469

WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 156.929

WENDER BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 37.435E



**AO EXMO. SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG.**

WEVERTON TAELEY DE CARVALHO, brasileiro, casado, aposentado pelo INSS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 165.847.76-04 e no Registro Geral nº 3.3426822, filho de Helena Farchi, não possui endereço eletrônico, residente e domiciliado à Rua José de Belo, nº 128, Irmão de Belo, nesta Cidade de São Sebastião do Paraíso - MG, CEP 37.950.000, vem respeitosamente, à augusta presença de Vossa Excelência, através dos advogados que esta subscrevem, endereço eletrônico wcarvalho52@Hotmail.com e wender_b@hotmail.com, propor a presente

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES DESCONTADOS EM CONTA BANCÁRIA DESTINADA À DEPÓSITO DE PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS RECEBIDOS DO INSS, COM PEDIDO LIMINAR DE SUSPENSÃO DOS DESCONTOS EM CONTA SALÁRIO.

Em face de **BANCO BMG S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 61.186.680/0001-74, com sede à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 9º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo -SP, CEP: 04538-133, nas pessoas de seus representantes legais consoante de seu contrato social, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:



DOS FATOS

O Autor é aposentado junto à autarquia INSS, estando atualmente, recebendo os seus proventos através de depósitos bancários efetuados em conta corrente no **BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, conta salário nº 0003000472, agência nº304.

O Autor, quando fora receber sua aposentadoria na agência bancária, no início do mês de julho de 2018, percebeu que havia um desconto em seu pagamento de **R\$ 146,64 (cento e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**, o que lhe causou enorme estranheza, pois não havia contratado qualquer produto que ensejasse tal desconto.

Além do desconto, o Autor constatou que havia um saldo de **R\$ 3.884,61 (três mil oitocentos e oitenta e quatro reais e sessenta um centavos)** em sua conta que não fazia parte do pagamento de sua aposentadoria, que não passa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Não satisfeito, o Autor procurou a agência da INSS para saber o destino do importe de **R\$ 146,64 (cento e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos)** descontados de sua aposentadoria naquele mês, ocasião em que lhe foi informado que os referidos descontos eram oriundos de um **Cartão de Crédito do Banco BMG** que supostamente teria sido utilizado pelo Autor, com uma compra e/ou saque no valor de **R\$ 4.031,25 (quatro mil e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, o que autorizaria o desconto em sua folha de pagamento no valor que havia sido descontado, ou seja, **R\$ 146,64 (cento e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**.

Ocorre Excelência que o Autor **NÃO** utiliza Cartão de Crédito do Banco BMG, **NÃO** fez compra ou qualquer outra operação no valor de **R\$ 4.031,25 (quatro**



mil e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), NÃO tinha conhecimento da suposta dívida, pois nunca a contratou.

Em contato telefônico com o Banco BMG, ora Réu, o Autor recebeu a informação de que realmente o banco havia depositado a quantia **SEM** autorização do Autor, para que caso o Autor precisasse do dinheiro, este estaria à sua disposição, segundo relatou a funcionária do banco.

Na ocasião o Autor de pronto informou que **NÃO** autorizou o referido depósito em sua conta, e que gostaria de devolve-lo imediatamente, pelo que fora emitido pelo banco um “boleto de devolução” da quantia ilegalmente depositada em na conta salário do Autor, o qual traz a seguinte mensagem em seu cabeçalho:

“Presado Cliente, tendo o Sr(a), informado ao Banco BMG que não contratou o saque a débito do seu BMGCard, encaminhamos o presente boleto para que o Sr(a), através do seu pagamento, devolva-nos o valor disponibilizado e esse título em sua conta corrente/poupança. Informamos que a ausência de pagamento deste boleto ratificará a contratação do saque a débito do seu cartão e crédito consignado, cujo valor respectivo será lançado na próxima fatura do seu cartão, acrescido dos encargos e tarifas incidentes, nos termos do Regulamento do Cartão.” (vide cópia da fatura anexa)

Ora Excelência, o Réu confessou que depositou dinheiro na conta do Autor sem sua devida autorização, e como se não bastasse, lhe ameaçou através da mensagem constante da “fatura de devolução”, impondo-lhe que em caso de ausência de pagamento do boleto, ficaria ratificado a contratação, a qual lhe seria cobrado na próxima fatura com acréscimo de encargos e tarifas. Absurdo.

Não restando outra saída, e para evitar maiores prejuízos, o Autor realizou o pagamento da “fatura de devolução” na data de 25/07/2018, no valor de R\$ 3.691,70 (três mil seiscientos e noventa e um reais e setenta centavos), conforme faz prova com a juntada de cópia do referido documento aos autos.



E não para por aí.

Depois de toda humilhação e sofrimento causado ao Autor, que teve dificuldades para solucionar o problema, junto ao Banco BMG, e a gosto deste, o Banco BMG efetuou mais um desconto na aposentadoria do Autor, no mesmo valor de R\$ 146,64 (cento e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), e com o mesmo grau de maldade, enviou boleto de cobrança ao endereço do Autor, com vencimento em 10/08/2018, para pagamento da suposta dívida (cópia do boleto anexa).

Ou seja, o Banco BMG, aplicou um “golpe” contra o Autor , depositando em sua conta/salário dinheiro que não foi solicitado ou contratado; após a reclamação do Autor, o Banco BMG reconheceu o abuso (ato ilícito) e emitiu boleto para devolução do dinheiro indesejado, inclusive com nota de ameaça contra Autor; e, como se já não bastasse, o Banco BMG ignorou tudo que já havia ocorrido e todas as medidas de recusa realizadas pelo Autor, e efetuou no mês seguinte novo desconto na aposentadoria do Autor, e referente a mesma quantia, ainda lhe enviou nova cobrança da suposta dívida através de boleto com vencimento em 10/08/2018.

E, pode se ter certeza, pelos atos já praticados pelo Réu, e levando-se em conta o perfil de trabalho do mesmo, certamente este continuará a judiar, tirar a paz, incomodar, humilhar o Autor nos próximos meses, através de descontos em sua aposentadoria.

Por todo o corrido, e por tudo mais que está na eminência de ocorrer, é que o conhecido da justiça, Banco BMG, deve ser condenado a se abster de efetuar descontos no salário do Autor, e ainda ser condenado a indenizar o Autor pelos danos morais que lhe foram causados, em valor



considerável, acima da média, pois só assim a sentença terá o caráter educativo que se pretende.

Importante esclarecer que o Autor, recebeu em sua residência, através de carta posta no correio, sem sua autorização, 01 (um) Cartão de Crédito do Banco BMG, **PORÉM** jamais o utilizou, estando o mesmo até a presente data bloqueado, **NÃO** tendo o Autor sequer cadastrado senha para a utilização do referido cartão, estando o mesmo intacto, da forma em que foi recebido:



Como pode ser notado nas imagens acima, o cartão se quer foi desbloqueado, estando o selo que indica como realizar o desbloqueio do cartão intacto, inclusive está colado em cima de parte do chip do cartão, o qual seria necessário para a realização de qualquer operação com o referido cartão.

Toda esta narrativa de fatos objetiva dar a perfeita interação sobre o ocorrido, que pode ser sintetizado nos seguintes termos: ficou claro que o **Réu, Banco BMG**, de forma **ABUSIVA** e **INTENCIONAL**, prejudicou o Autor, trazendo grande prejuízo e insatisfação para este, e desrespeitando agressivamente os direitos do consumidor.



As condutas ilegais praticadas pelo Réu, são tão arbitrárias, que chegam ao ponto de abusar do poder econômico, da vulnerabilidade e da ignorância da maioria consumidores, e o mais lastimável, é que as "vítimas" preferidas pelo Banco BMG, são normalmente pessoas mais humildes, de baixa renda como o Autor.

Está mais do que evidente, que o Réu atuou no mercado financeiro com abuso de direito, uma vez que as prerrogativas e direitos do consumidor foram completamente desrespeitados, tendo inclusive, no entendimento desses procuradores cometido o crime elencado no artigo 171 do Código Penal, pelo que **REQUER** desde já seja oficiado o Ministério Público para apuração de suposto cometimento do referido crime pelo BANCO BMG. Sendo assim, nada mais justo do que ser o Requerido compelido a indenizar o Autor, para tentar repará-lo pela violação à sua dignidade.

DO DIREITO

"Havendo dano, produzido injustamente na esfera alheia, surge a necessidade de reparação, como imposição natural da vida em sociedade e, exatamente, para a sua própria existência e o desenvolvimento normal das potencialidades de cada ente personalizado. É que investidas ilícitas ou antijurídicas ou circuito de bens ou de valores alheios perturbam o fluxo tranquilo das relações sociais, exigindo, em contraponto, as reações que o Direito engendra e formula para a restauração do equilíbrio rompido. "
(Carlos Alberto Bittar)

Em nosso direito, é certa e pacífica a tese de que quando alguém viola um interesse de outrem, juridicamente protegido, fica obrigado a reparar o dano aí decorrente. Basta adentrar na esfera jurídica alheia, para que venha certa a responsabilidade civil.

Conforme pode ser verificado com os documentos que seguem em anexo, o Requerido desrespeitou todas as normas que regem a relação de cliente/banco e **não existem mesmo qualquer compra e/ou saque que autorizaria a instituição a proceder os malsinados débitos na conta do Autor.**



Desta forma, está mais do que evidente, de que o Requerido feriu os direitos básicos do consumidor, assegurados pelo CDC (Lei nº 8.078/1990), além de ter desrespeitado também, os princípios de probidade e boa-fé, elencados no art. 422 do Código Civil Brasileiro.

DOS DANOS MORAIS

Diante da prática do ilícito pelo Banco Requerido, surge o dever de **reparar os danos morais causados ao Autor.**

O Autor se sentiu humilhado perante seus familiares, vez que os descontos indevidos estão fazendo falta em seu orçamento, estando o Autor devendo na praça, se sentindo diminuído e traído pelo Réu, pois, foi enganado justamente na fase de sua vida que mais necessita de apoio e recursos financeiros, vez que faz uso de vários medicamentos que não são fornecidos na rede pública.

Por **MORAL**, na dicção de Luiz Antônio Rizzatto Nunes, entende-se "(...) **tudo aquilo que está fora da esfera material, patrimonial do indivíduo**" (O Dano Moral e sua interpretação jurisprudencial. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 1).

Portanto, a definição de dano moral tem que ser dada sempre em contraposição ao dano material, sendo este o que lesa bens, apreciáveis pecuniariamente, e àquele, ao contrário, **o prejuízo a bens ou valores que não tem conteúdo econômico**. Assim, a citada indenização tem a finalidade de **compensar a sensação de dor da vítima** e, ao mesmo tempo, produzir no causador do mal, impacto bastante para ser intimidado de igual e novo atentado.

A reparação que obriga o ofensor a pagar, e permite ao ofendido receber, é **princípio de justiça, com feição, punição e recompensa**, dentro do



princípio jurídico universal que adote que ninguém deve lesar ninguém. Desta maneira:

"Todo e qualquer dano causado à alguém ou ao seu patrimônio, deve ser indenizado, de tal obrigação não se excluindo o mais importante deles, que é o DANO MORAL, que deve automaticamente ser levado em conta." (V.R. Limongi França, "Jurisprudência da Responsabilidade Civil, Ed. RT, 1988).

Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º, incisos V e X, prevê a proteção ao **patrimônio moral**, in verbis:

"V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem."

(...)

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação."

O Código de Defesa do Consumidor também ampara o consumidor que foi vitimado em sua relação de consumo, com a justa reparação dos danos morais e patrimoniais causados, como se pode constatar em seu artigo 6º, que no inciso VI explicita tal proteção:

"Art. 6º. São direitos básicos do consumidor

(...)

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos."

Insta ainda salientar, Culto Magistrado, que **não se trata de pagar o transtorno** e a angústia causada ao presente Autor, **mas sim de dar ao lesado os meios derivativos**, com que se aplacam ou afugentem esses males, através de **compensação** em dinheiro, o *quantum satis*, a fim de se afastar os sofrimentos ou esquecê-los, ainda que não seja no todo, mas, ao menos, em grande parte.



Observe-se que além de ter um direito lesado, o **Autor ficou completamente abalado com a falta de respeito do Réu**, uma vez que àquele ao tentar solucionar o problema de maneira pacífica, procurou o Réu, **que lhe atendeu com truculência, e inclusive lhe fez ameaças, e, como já dito, após tudo isso NÃO solucionou o problema, tendo descontado novamente o valor de R\$ 146,64 (cento e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) da aposentadoria do Autor.**

Registre-se que comprovada está, por serem proventos de benefício previdenciário, que as importâncias descontadas do Autor e os futuro descontos previstos, se revestem de caráter eminentemente alimentar, e por isso estão blindadas à não efetivação de penhora e qualquer desconto, pela nossa legislação vigente, além do que nos ensina vasta jurisprudência nesse sentido.

Assim, não demonstrada a excepcionalidade da medida e havendo obstáculo legal expresso, há que ser reconhecida por V.Excia. a impenhorabilidade das quantias de origem de benefício previdenciário (Aposentadoria), recebidas pelo autor mensalmente do INSS.

Desta forma, a conduta imoral e abusiva, enseja uma reparação, pois os atos ilícitos praticados pelo Banco Réu acabaram causando reflexos na tranquilidade, segurança e credibilidade no mercado que tinha o Autor, uma vez que o mesmo foi enganado, sendo então, vítima de um verdadeiro crime contra o consumidor.

Sendo assim, resta efetivamente caracterizada a **conduta ilícita do Réu, dando ensejo à reparação do dano moral, a fim de satisfazer a dor da vítima**, além de impor ao mesmo Requerido, uma sanção que lhes desestimulem e **iniba a prática de atos lesivos à personalidade de outrem**, notadamente no que tange à prática de Abuso de Direito e Poder na elaboração unilateral de contratos, sem sequer saber a opinião do contratante.



DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO

Assim, estando provado que os descontos realizados na aposentadoria do Autor foram feitos **INDEVIDAMENTE, o Réu deve ser condenado à repetição do indébito R\$ 146,64 (cento e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) (01 parcela descontada no mês atual), por valor igual ao DOBRO do que foi indevidamente descontado**, tal como o autoriza o disposto no art. 42, § único do CODECON, **o que importa em R\$ 293,28 (duzentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos) centavos**, além das que forem descontadas no curso da presente ação, acrescidos de correção monetária e juros legais, para que não ocorra o enriquecimento sem causa (locupletamento) do Réu.

Caso não seja este o entendimento de Vossa Excelência, **REQUER** sejam os valores descontados indevidamente da aposentadoria do Autor repetidos na forma simples, ou seja **R\$ 146,64 (cento e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)**, sem prejuízo das parcelas descontadas no curso da presente ação;

DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Como dispõe o artigo 6º, inc. VIII do CDC, é direito básico do consumidor:

"a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências."

Faz-se pertinente, transcrever o seguinte Enunciado das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, no que diz respeito à inversão do ônus da prova:

Enunciado 17:

CARVALHO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA:

WELLINGTON ANTONIO DE CARVALHO OAB-MG 37.469

WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 156.929

WENDER BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 37.435E



"É cabível a inversão do ônus da prova, com base no princípio da equidade e nas regras de experiência comum, a critério do Magistrado, convencido este a respeito da verossimilhança da alegação ou dificuldade da produção da prova pelo reclamante".

Por oportuno, trazemos à baila o ensinamento de Plínio Lacerda Martins, in "Anotações ao Código de Defesa do Consumidor. Conceito e noções básicas. DP & A Editora. RJ. 2001, p.27":

"Tendo em vista que o CDC, no artigo 6º, VIII, prevê como direito básico do consumidor o direito à inversão do ônus da prova no processo quando a alegação for verossímil, facilitando assim a defesa dos direitos dos consumidores, e que esta inversão ao nosso juízo é ope judicis, não se justifica então a não-inversão do ônus da prova quando comprovada a verossimilhança ou mesmo a hipossuficiência."

Saliente-se que no caso em foco, o Autor, sendo consumidor hipossuficiente e verificando-se a veracidade das alegações (prova documental que segue em anexo), detém então os requisitos para que o Douto Magistrado se digne conceder a Inversão do ônus da prova em favor do mesmo Autor.

Por todo o exposto, a Autora requer a V.Exa.:

LIMINARMENTE:

a) Seja oficiada a instituição financeira constante na parte passiva da presente ação para que se abstenha de fazer descontos no valor de R\$ 70,58 (setenta reais e cinquenta e oito centavos) na conta corrente/salário do Autor no **BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, conta salário nº 0003000472, agência nº 304, desta cidade de São Sebastião do Paraíso -MG, das importâncias depositadas oriundas da Previdência Social (INSS), oriundas à aposentadoria do Autor.



DOS PEDIDOS

- a) A concessão da gratuidade de justiça ao Autor, nos termos da Lei nº 1.060/1950, ex vi declaração de hipossuficiência financeira;
- b) A citação do Réu, na pessoa de seu representante legal, para que, querendo, compareça à Audiência a ser designada e responda a presente ação, sob pena de revelia;
- c) A **inversão do ônus da prova**, em favor do Autor, diante da verossimilhança de suas alegações, a teor do artigo 6º, inciso VIII, do CDC.

Seja a presente demanda julgada procedente para que:

- d) Seja declarada a inexistência do débito do Autor junto ao Requerido, no valor de **R\$ 4.031,25 (quatro mil e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, valor este que não para de crescer, ao livre critério do **Requerido**, e que acarreta os descontos mensais da aposentadoria do Autor, atualmente, no valor de R\$ 146,64 (cento e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), e que o Réu deixe de proceder quaisquer descontos na conta salário/benefício do Autor, sem sua expressa autorização;
- e) O Requerido seja condenado a compensar o Autor pelo constrangimento sofrido, verdadeiro dano moral, no valor de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**; valor equivalente à 10 vezes o valor cobrado indevidamente do Autor, ou outro, ao alvêdrio de V.Exa.;
- f) O Requerido seja condenado à repetição do indébito **R\$ 146,64 (cento e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) (01 parcela descontada no mês atual)**, por valor igual ao DOBRO do que foi indevidamente descontado, tal como o autoriza o disposto no art. 42, § único do CODECON, o que importa em **R\$ 293,28 (duzentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos) centavos)**, além das que forem descontadas

CARVALHO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA:

WELLINGTON ANTONIO DE CARVALHO OAB-MG 37.469

WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 156.929

WENDER BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 37.435E



no curso da presente ação, acrescidos de correção monetária e juros legais, para que não ocorra o enriquecimento sem causa (locupletamento) do Réu, ou, caso não seja este o entendimento de Vossa Excelência, que seja o Requerido condenado à repetição do indébito na forma simples, ou seja **R\$ 146,64 (cento e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)**, sem prejuízo das parcelas descontadas no curso da presente ação, acrescidos de correção monetária e juros legais, para que não ocorra o enriquecimento sem causa (locupletamento) do Réu;

- g) Protesta por todos os meios de prova, notadamente a documental já jungida e a complementar, depoimento pessoal do Réu, oitiva de testemunhas, e pericial caso necessário;
- h) Declara NÃO ter interesse na realização de Audiência de Conciliação, nos moldes do Artigo 319, inciso VII, do CPC;

Dá-se à causa o valor de **R\$ 30.293,28 (trinta mil duzentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos)**.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

São Sebastião do Paraíso – MG, 29 de agosto de 2018.

WELLINGTON ANTONIO DE CARVALHO

OAB/MG Nº 37.469

WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO

OAB/MG Nº 156.929



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

1ª Vara Cível da Comarca de São Sebastião do Paraíso

Avenida Doutor José de Oliveira Brandão Filho, 300, Jardim Mediterranée, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG -
CEP: 37950-000

PROCESSO Nº 5002495-64.2018.8.13.0647

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO: [Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral]

AUTOR: WEVERTON TARLEY DE CARVALHO

RÉU: BANCO BMG SA

Vistos, etc...

Weverton Taeley de Carvalho ingressou com a presente **Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais c/c Restituição de Valores Descontados e com Pedido de Tutela Antecipada** em face do **Banco BMG S/A**, aduzindo, em suma, que embora não tenha mantido qualquer vínculo contratual com o réu, surpreendeu-se com notícia de empréstimo que teria sido realizado em seu nome por meio de desconto consignado em seu benefício de aposentadoria, no valor mensal de R\$142,64. Assim, visando em sede de antecipação de tutela em caráter antecedente a cessação dos descontos indevidos em seu holerite e posteriormente a declaração de inexistência do débito e indenização pelos danos que alega ter sofrido, ajuizara a presente. Juntou documentos.

É o breve relato. Decido.

Não se têm dúvidas de que a demora processual pode prejudicar de várias formas a parte Autora da ação. Neste contexto, se o processo é um instrumento ético, compete à parte ater-se aos ditames legais, com vista a obter o mecanismo pretendido para auferir a prestação jurisdicional.

A previsão vem estampada no artigo 300 do Código de Processo Civil, que preceitua: *"A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º - A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão."*

Deste modo, para concessão da tutela antecipada em caráter antecedente, conforme disposto no *caput* daquele artigo, compete ao juiz, ao apreciar a inicial verificar a probabilidade do direito invocado, bem

como convencer-se do perigo de dano ou do risco do resultado útil do processo.

Destarte, para concessão da tutela antecipada são necessários, além dos requisitos inerentes à medida, a aparência de verdade, o razoável, alcançando, em interpretação "lato sensu", o próprio "fumus boni juris" e, principalmente, o "periculum in mora".

Pelos documentos encartados à Inicial, observa-se que, de fato, encontram-se presentes os requisitos mínimos para a concessão da tutela antecipada em caráter antecedente, havendo elementos que evidenciam a probabilidade do direito.

É que foram anexados aos autos documentos hábeis a comprovar a existência do empréstimo consignado e, ainda, que o autor realizou a devolução do valor creditado em sua conta, que, em princípio, demonstram a probabilidade de irregularidade dos descontos, pois, ao que parece, sequer utilizou o cartão de crédito disponibilizado pelo réu.

Desta forma, resta claro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, já que a continuidade dos descontos poderá, indubitavelmente, acarretar-lhe prejuízos, sobretudo por se tratar de aposentadoria da parte autora.

Cumprе salientar que não há perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, sobretudo porque, constatada a ausência de irregularidades, os descontos poderão ter continuidade.

Assim, presentes os requisitos básicos e indispensáveis à concessão da tutela antecipada, **defiro-a** para determinar que o réu cesse imediatamente o desconto no valor mensal de R\$146,64 no benefício da parte autora de ID nº 50628692.

Intime-se a parte ré para cumprimento desta decisão.

Oficie-se ao INSS, intimando-o para que reserve margem mensal no valor de R\$146,64 no contracheque da parte autora, isto, caso ela requeira novos empréstimos consignados e até decisão final deste processo, já que esta decisão poderá ser revogada e restabelecidos os descontos ora suspensos.

Defiro ao autor os benefícios da justiça gratuita.

Dispensar a prestação de caução por se tratar a parte autora de pessoa economicamente hipossuficiente (art. 300, § 1º).

Nos termos do inciso II do § 1º do artigo 303 c/c artigo 334 do Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia **07/11/2018, às 13:00 horas**.

Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado (CPC, art. 334, § 3º).

Cite-se e intime-se a parte ré, com antecedência mínima de trinta (30) dias da audiência, devendo ser a parte Ré citada com pelo menos vinte (20) dias de antecedência (CPC, art. 334, parte final). Caso não tenha interesse na autocomposição, a parte Ré deverá manifestá-lo com antecedência de dez (10) dias contados da data da audiência (§ 5º do art. 334 do CPC).

Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhado de advogados, é obrigatório (§ 9º do art. 334) e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (CPC, art. 334, § 8º). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10).

Em não havendo autocomposição, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335, caput), terá início a partir da audiência ou, se o caso, da última sessão de conciliação (CPC, art. 335, I).

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344).

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, 5 de setembro de 2018

Processo nº5002495-64.2018.8.13.0647

WEVERTON TARLEY DE CARVALHO, já devidamente qualificado nestes autos, vem respeitosamente à augusta presença de Vossa Excelência, através dos advogados que esta subscrevem, para **IMPUGNAR A CONTESTAÇÃO** apresentada pela parte ré, o que faz da seguinte forma:

Impugna-se totalmente os termos da contestação de fls. por ser mentirosos, infundados e sem qualquer valia.

Na Douta peça, os advogados do banco réu, em extensa manifestação se limitaram a falar da legalidade do contrato de cartão de crédito, enumerando todas as informações equivalentes aos termos de adesão ao cartão de crédito e ainda relacionaram as características da operação de crédito a que deu causa a presente ação, se dizendo inocente, o que ao final, redundou no negócio jurídico esdrúxulo.

O autor NÃO contratou referido cartão.

A liberação do numerário em sua conta foi feita por única e exclusiva iniciativa do banco réu.

O autor só teve conhecimento de que existia uma quantia depositada em sua conta, quando recebeu o contra-cheque de sua aposentadoria com o desconto de parcela referente ao aludido e malsinado contrato.

A partir daí, procurou incansavelmente o banco réu, solicitando o cancelamento, e após muito esforço, recebeu do banco réu, um documento que autorizaria o retorno do numerário para a conta dele réu.

O que ficou caracterizado foi a má-fé e desorganização do banco réu, pois que, mesmo depois do autor proceder a devolução do valor disponibilizado em sua conta, o banco réu, ainda emitiu boleto cobrando parcela de financiamento que legalmente **NUNCA** existiu e, depois de providências de iniciativa do autor, fora encerrado.

Insta salientar que, a presente ação, por tratar-se de Lei consumerista, incumbia ao banco réu, fazer prova da legalidade da contratação do cartão de crédito e isso não ocorreu.

Suas alegações, pasme, o banco réu, querendo imputar culpa ao autor de ter ficado com essa importância em sua conta, mas confessa que ela fora devolvida em 25/07/2018, e, no mesmo parágrafo (parágrafo 8º da fl. 3 da contestação), CONFESSA seu erro quando afirma que realmente procedeu os descontos das parcelas do cartão de crédito no benefício do autor nos meses de julho e agosto, ora, se a devolução ocorreu em julho (25/07/18), qual a justificativa para emitir boleto em agosto sobre o mesmo contrato fraudulento, já desfeito à aquela época e que era de conhecimento do banco réu.

Ao contrário do que insiste em teimar sobre a ilegalidade da ação fraudulenta do banco réu em proceder contratação de cartão e liberação de numerário, sem autorização do autor, existe sim, INDÉBITO A SER REPETIDO, porque as parcelas descontadas na aposentadoria do autor e confessado na Douta peça, tem que ser devolvidas pois que o autor não dera causa a contratação e se existe a confissão de que houve os descontos, esses foram indevidos, portanto caracterizada a necessidade da condenação do indébito.

Não houve qualquer autorização do autor, este fora surpreendido com a cobrança de valor indevido e

ilegal e portanto terá sim que ser devolvido a ele de forma dobrada pois caracterizado está a má fé do banco réu.

Não houve demonstrada em qualquer tópico da peça contestatória algo que possa justificar a cobrança e a contratação, deixando claro que não houve boa fé do banco réu e portanto causou prejuízos de grande monta à parte autora e, pela má-fé haverá sim que indenizar pelos danos sofridos por este.

Comprovado de forma cristalina a má-fé por parte do banco réu, pois confessou o erro da contratação e até emitiu boleto de devolução, ratificando assim o erro realizado e pior, mesmo após recebimento do numerário devolvido, constante do boleto emitido por ele réu, ainda emitiu nova cobrança de parcelas.

Neste diapasão, o próprio banco réu, às fls. 5 de sua contestação, colaciona 2 julgados que dão azo ao pedido de devolução em dobro, isto porque, trata-se especificadamente da matéria cerne da presente ação, qual seja, má-fé e obrigação de indenizar por parte banco réu.

Insta salientar ainda que o autor, de posse do cartão de crédito recebido do banco réu, sequer providenciou seu desbloqueio, como prova nos autos.

O pleito de indenização é procedente porque, sem sombras de dúvidas, o autor foi lesado e experimentou um dano através de descontos em sua ínfima aposentadoria e esta atitude é resultado da conduta do banco réu.

O DANO está INDIVIDUOSAMENTE PROVADO e por isso enseja na responsabilidade civil que acaba por decretar a condenação do banco réu pelas atitudes erroneamente tomadas.

O banco réu haveria de fazer a prova que contrariasse de forma cabal o alegado na exordial e disso não se desincumbiu, merecendo portanto receber por parte de Vossa Excelência a condenação nos moldes do pedido por ser a presente e os fatos alegados pelo autor são verossímeis as alegações e ainda porque a parte autora é um consumidor hipossuficiente, portanto, a inversão do ônus da prova é de rigor e o banco réu, como dito alhures, não se desincumbiu de provar o contrário.

Por todo o exposto e a frágil alegação do banco réu, que não conseguiu demonstrar em momento algum que não houve sua culpa no evento e provado substancialmente o dano sofrido pelo autor, é que se espera seja a presente ação julgada TOTALMENTE PROCEDENTE, com as condenações requeridas no pleito exordial.

Nestes termos, reiterando todos os pedidos iniciais,

Pede e espera DEFERIMENTO.

São Sebastião do Paraíso - MG, 17 de janeiro de 2018.

WELLINGTON ANTONIO DE CARVALHO

OAB/MG Nº 37.469

WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO

OAB/MG Nº 156.929



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

1ª Vara Cível da Comarca de São Sebastião do Paraíso

Avenida Doutor José de Oliveira Brandão Filho, 300, Jardim Mediterrâneo, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG - CEP: 37950-000

PROCESSO Nº 5002495-64.2018.8.13.0647

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO: [Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Moral]

AUTOR: WEVERTON TARLEY DE CARVALHO

RÉU: BANCO BMG SA

Digam as partes se pretendem produzir outras provas justificando-as e indicando, de maneira específica, em caso de requerimento de prova oral, se pretendem a coleta de depoimento pessoal, hipótese em que a parte, não sendo beneficiária da justiça gratuita, deverá anexar com a petição de especificação de provas a respectiva guia para intimação da parte contrária.

Em caso de requerimento de prova pericial, a parte deverá especificar o tipo de perícia a ser realizada, bem como, apresentar quesitos, sob pena de indeferimento da prova.

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, 21 de janeiro de 2019



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

1ª Vara Cível da Comarca de São Sebastião do Paraíso

Avenida Doutor José de Oliveira Brandão Filho, 300, Jardim Mediterrâneo, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG - CEP: 37950-000

PROCESSO Nº: 5002495-64.2018.8.13.0647

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: WEVERTON TARLEY DE CARVALHO

RÉU: Banco BMG SA

Intimação do RÉU para especificação de provas, conforme segue:

"Digam as partes se pretendem produzir outras provas justificando-as e indicando, de maneira específica, em caso de requerimento de prova oral, se pretendem a coleta de depoimento pessoal, hipótese em que a parte, não sendo beneficiária da justiça gratuita, deverá anexar com a petição de especificação de provas a respectiva guia para intimação da parte contrária.

Em caso de requerimento de prova pericial, a parte deverá especificar o tipo de perícia a ser realizada, bem como, apresentar quesitos, sob pena de indeferimento da prova"

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, 22 de janeiro de 2019



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeira Instância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

1ª Vara Cível da Comarca de São Sebastião do Paraíso

Avenida Doutor José de Oliveira Brandão Filho, 300, Jardim Mediterrâneo, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG - CEP: 37950-000

PROCESSO Nº: 5002495-64.2018.8.13.0647

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: WEVERTON TARLEY DE CARVALHO

RÉU: Banco BMG SA

Intimação do AUTOR para especificação de provas, conforme segue:

"Digam as partes se pretendem produzir outras provas justificando-as e indicando, de maneira específica, em caso de requerimento de prova oral, se pretendem a coleta de depoimento pessoal, hipótese em que a parte, não sendo beneficiária da justiça gratuita, deverá anexar com a petição de especificação de provas a respectiva guia para intimação da parte contrária.

Em caso de requerimento de prova pericial, a parte deverá especificar o tipo de perícia a ser realizada, bem como, apresentar quesitos, sob pena de indeferimento da prova"

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, 22 de janeiro de 2019

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 01ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG.

AUTOS nº 5002495-64.2018.8.13.0647

BANCO BMG S/A, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.186.680/0001-74, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 10º andar, por seu procurador infra-assinado, nos autos da **AÇÃO ORDINÁRIA** que lhe move **WEVERTON TARLEY DE CARVALHO**, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., nos termos dos artigos 1.009 e seguintes do NCPC, interpor **RECURSO DE APELAÇÃO**, o fazendo em peça apartada, requerendo sua juntada aos autos e encaminhamento ao Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Requer, assim, que o presente recurso seja recebido em seus regulares efeitos, inclusive o suspensivo, e regularmente processado, vez que tempestivo, cabível e devidamente preparado.

Nestes termos, com a juntada do comprovante de preparo recursal, pede deferimento.

Belo Horizonte, 31 de Maio de 2019.

Fabiano Toffalini
OAB/MG 46.846

Thaís Scalabrini de Souza Morais
OAB/MG 178.714

RAZÕES DE APELAÇÃO

APELANTE: BANCO BMG S/A

APELADA: WEVERTON TARLEY DE CARVALHO

PROCESSO N.º 5002495-64.2018.8.13.0647

COMARCA DE ORIGEM: 01ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO/MG

Egrégio Tribunal,

I - DA TEMPESTIVIDADE

A publicação da sentença hostilizada ocorreu no dia 22/05/2019, quarta-feira, assim, o prazo recursal teve início no dia 23/05/2019, quinta-feira, com o término previsto para 12/06/2019, quarta-feira, protocolizada a presente peça processual até a mencionada data, não há o que ser discutido acerca da respectiva tempestividade.

II - DA SENTENÇA RECORRIDA

Trata-se "Ação ordinária" postulada por WEVERTON TARLEY DE CARVALHO (apelado) em desfavor do BANCO BMG S/A (apelante), onde alega que recebe benefício do INSS, vindo a descobrir acerca da existência de um empréstimo consignado através de cartão de crédito junto ao banco-réu, cujo valor de R\$4.031,25 foi depositado em sua conta corrente sem o seu consentimento; que não contratou, não autorizou e nem consentiu o negócio jurídico; que em julho/2018 teve descontado o valor de R\$146,64 em seu benefício; em contato com o banco-réu, foi informado que poderia cancelar o empréstimo com a devolução do valor depositado, tendo feito a devolução do valor de R\$3.691,70 a 25/07/2018; que em agosto/2018 sofreu novo descontos de R\$146,64 em seu benefício; que precisou procurar o banco-réu reiteradas vezes para proceder o cancelamento do empréstimo, fazendo jus à indenização por danos morais e materiais.

Ao decidir o feito, o MM. Julgador de 1º grau julgou nos seguintes termos: *"Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, julgo procedentes os pedidos iniciais, para, confirmando a tutela que fora antecipada, declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes, objeto dos documentos anexados através dos IDs 50628665, 50628678, 50628692 e 50628715, condeno o Réu a restituir em dobro, na forma do parágrafo único do artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor os valores descontados do benefício previdenciário do Autor. Diante da conclusão acerca da ocorrência do dano moral, julgo também procedente o pedido indenizatório por dano moral e considerando a natureza da lesão e a extensão do dano; condições pessoais do ofendido; condição do Réu que deve se afastar de práticas ilícitas, buscando o lucro e impondo sofrimento a segurados, utilizando-se de dados já constantes de seus cadastros; a equidade, cautela e prudência; a gravidade da culpa e, o arbitramento em função da natureza e finalidade da indenização, condeno o Réu a pagar ao Autor a importância de R\$.15.000,00 (quinze mil*

reais), corrigida a contar desta data, mas com juros moratórios de 1% ao mês desde a data da suposta contratação (04.05.18 – ID 56754981). Em razão da sucumbência, condeno o Réu no pagamento de honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação a título de danos morais, corrigido. P.I. SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, 19 de maio de 2019.”.

Inconformado no tocante a tal matéria vem o recorrente interpor o presente recurso, consoante os fundamentos de fato e de direito abaixo aduzidos.

III – RAZÕES PARA A REFORMA DA SENTENÇA HOSTILIZADA

III.I DA LEGALIDADE DO CONTRATO FIRMADO

Conforme amplamente demonstrado em defesa a 04/05/2018 o recorrido celebrou com o banco-recorrente TERMO DE ADESÃO A CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO nº ADE 52076175, vinculado PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO, tendo o autor emitido, na oportunidade, uma CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, conforme documentos já acostados aos autos.

Na r. sentença, o Douto Magistrado aduz o seguinte:

Na hipótese aqui tratada, negada a existência da relação jurídica, o Réu anexou cópia de um contrato em nome do Autor, sem qualquer assinatura, tentando fazer prevalecer a alegação de que a contratação se deu de maneira eletrônica.

Contudo Nobres Julgadores, o juízo *a quo* não considerou os elementos mencionados em defesa, vejamos:

TERMO DE ADESÃO AO CARTÃO DE CRÉDITO

II – CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao conveniado): R\$143,92

Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado BMG CARD

Autenticação eletrônica: 6AD1F4B2DF254E934B61A1F973012AOB / Data /hora: 04/05/2018 12:36:52 / IP/Terminal: 189.7.99.21

VI - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO

6.1 – O(A) TITULAR autoriza a sua fonte empregadora, de forma irrevogável e irretroatável, a realizar o desconto mensal em sua remuneração/benefício, em favor do BANCO BMG S/A, para o pagamento correspondente ao mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado.

7.9 – Formalização Eletrônica: Em casos de contratação eletrônica, o(a) TITULAR confirma que admite como válido o meio de comprovação da autoria e da integridade da assinatura e das informações capturadas e utilizadas neste Termo de Adesão. [...]

PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BMG

Valor total solicitado: R\$3.691,70

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

QUADRO III – CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

1. Valor total da operação: R\$3.719,35 2. Valor liberado: R\$3.691,70

Tipo de operação de crédito: Crédito Pessoal oriundo de saque realizado por meio de cartão de crédito consignado emitido pelo Banco BMG, de titularidade do EMITENTE, conforme informações abaixo:

Forma de Pagamento: As parcelas serão lançadas na fatura do cartão de crédito emitido pelo BMG de titularidade do Emitente ("Cartão"). [...]

Autenticação eletrônica: 6AD1F4B2DF254E934B61A1F973012AOB / Data /hora: 04/05/2018 12:36:52 / IP/Terminal: 189.7.99.21

Vale dizer que o negócio jurídico foi contratado por meio eletrônico e devidamente confirmado pelo recorrido através do **aceite eletrônico**, conforme Certificado de Conclusão da Formalização Eletrônica que ora se apresenta, emitido a 08/05/2018, estando prevista na Resolução nº 4.283, de 04/11/2013, do BACEN.

Em sentença, visualizamos ainda o equívoco:

Evidente que aquela alegação não é verdadeira. Fosse, aquele documento físico não existiria.

Na verdade, o Réu, a partir de dados que mantinha em poder dele, produziu aquele contrato e, com base nele, fez depósito de importância em conta do Autor, verdadeiramente impondo contratação e com o objetivo claro de receber encargos, não havendo risco algum na operação, isto porque adotou a forma de consignação em benefício previdenciário.

Portanto, resta claro que o recorrido celebrou o contrato de cartão de crédito com autorização para desconto em seu benefício, onde expressamente autorizado e solicitado por ele à liberação do saque. Vejamos:

TERMO DE ADESAO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A. E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO	
Convênio INSS - INSTITUTO NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL -	Nº ADE 52076175
I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)	
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF 4. Nº Doc. Ident. / Tipo / Órgão Expedidor / Data de Emissão 5. Data de admissão / 6. Nº de matrícula ou benefício: 7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 9.1 Naturalidade (Cidade/UF) 10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail 12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 12.1 Endereço Comercial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio 14. Nome da Mãe/ Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheiro(a) 16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não / (b) Sim (justificativa) 17. Natureza da operação: (a) Financeira / (b) Outras (especificar) 18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/ Investimentos (b) Empréstimos/ Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outros (especificar):	1. WEVERTON TARLEY DE CARVALHO 2. MASCULINO 3. 165.847.676-04 4. 00982614021 --- SSP / SP 22/05/1975 5. --- 6. 1598279553 7. Casado 8. 03/10/1954 9. BRASILEIRA 9.1 SÃO SEBASTIAO DO PARAISO / MG 10. (16)3724-5436 / (16)99121-4595 11. wevertontarley@hotmail.com 12. AV DOUTOR CHAFIC FACURY 3800, RES. PROLONGAMENTO JARDIM ÂNGELA ROSA, FRANCA, SP, 14.403-680 12.1 --- 13. R\$ 2.971,51 13.1 Patrimônio 14. HELENA FARCHI / SEBASTIAO TEÓFILO DE CARVALHO FILHO 15. ISA CELENE DE CARVALHO 16. Não 17. Financeira 18. Cartão

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO ("CCB")		Nº 52076175
CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BMG		
Local e Data de emissão: 04/05/2018	<input checked="" type="checkbox"/> Via Negociável <input type="checkbox"/> Via Não Negociável	
QUADRO I - Credor:		
BANCO BMG S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74, com endereço na Avenida Brigadeira Faria Lima nº 3477, 9º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo (SP), neste ato representado nos termos de seu estatuto social, doravante denominado BANCO/CREADOR.		
QUADRO II - Qualificação do Cliente Emitente		
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF 4. Nº Doc. Ident. / Tipo / Órgão Expedidor / Data de Emissão / matrícula 5. Estado Civil 6. Data Nascimento 7. Telefone 8. E-mail 9. Naturalidade (Cidade/UF) 10. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)	1. WEVERTON TARLEY DE CARVALHO 2. MASCULINO 3. 165.847.676-04 4. 00982614021 --- SSP / SP 22/05/1975 1598279553 5. Casado 6. 03/10/1954 7. (16)3724-5436 / (16)99121-4595 8. wevertontarley@hotmail.com 9. SÃO SEBASTIAO DO PARAISO / MG 10. AV DOUTOR CHAFIC FACURY 3800, RES. PROLONGAMENTO JARDIM ÂNGELA ROSA, FRANCA, SP, 14.403-680	
QUADRO III - Características da Operação de Crédito		
1. Finalidade da Operação 2. Operações refinanciadas 3. Valor Total da operação 4. Valor liberado ao EMITENTE 5. Quantidade e Valor de cada parcela 6. Data de vencimento (primeira e última parcela) 7. Taxa de Juros Remuneratórios (% a.m. / % a.a.) 8. IOF 9. Informações sobre o Seguro	1. Financeira 2. --- 3. R\$ 3.719,35 4. R\$ 3.691,70 5. Uma Parcela 6. --- 7. 3% / 43,28% 8. R\$ 27,65 9. ---	Portabilidade de dívida 1. Instituição Credora Original: 2. Número do Contrato Portado: 3. Saldo devedor portado: 4. Prazo da operação portada: 5. Quantidade de parcelas em aberto (vencidas e não pagas e/ou vincendas) Pagamento de outras dívidas (exceto portabilidade) Natureza da dívida: Valor da dívida:
QUADRO III.I - Demonstrativo do Custo Efetivo Total		
1. Valor Total da Operação 2. Valor liberado ² 3. Valor Refinanciado ² 4. Valor Portado ² 5. Valor para pagamento de outras dívidas ² 6. IOF (se financiado) 7. Tarifa de Cadastro ² 8. Tarifa de Saque 9. Seguro (se financiado) ² 10. Custo Efetivo Total (CET) (% a.m. / % a.a.) ² Valor em R\$ / % sobre o Valor total	1. R\$ 3.719,35 2. R\$ 3.691,70 3. --- 4. --- 5. --- 6. --- 7. --- 8. R\$ 0,00 9. --- 10. 3,63% / 54,24%	

Certificado de Conclusão da Formalização Eletrônica		BMG
Data de emissão: 08/05/2018 10:30:44		Status: Concluído
Quadro I - Dados da proposta		
1. ADE	1. 52076175	
2. CPF	2. 165.847.676-04	
3. Nome	3. WEVERTON TARLEY DE CARVALHO	
4. Número do telefone	4. (18)991214595	
5. Autenticação eletrônica	5. 6AD1F4B2DF254E934861A1F973D12A0B Data/Hora: 04/05/2018 12:36:52	
6. Usuário que digitou a proposta	6. IP/Terminal: 189.7.99.21	
7. Data e horário da digitação	7. BRUNOVIANA	
8. Gravação	8. 04/05/2018 12:19:33	
9. Código da loja	9. Não	
	9. 49678	
Quadro II - Rastreamento de registros		
10. Envio do 1º SMS	10. 04/05/2018 12:26:06	
11. Reenvio de SMS	11. -	
12. Acesso ao link	12. 04/05/2018 12:26:50	
13. Aceite eletrônico realizado	13. 04/05/2018 12:36:53	
14. SMS de aceite	14. -	
15. SMS de conclusão da operação	15. -	
Quadro III - Eventos		
16. Upload - Selfie	16. 04/05/2018 12:39:01	
17. Upload - Documento de Identificação	17. 04/05/2018 12:41:03	
18. Upload - Comprovante de Endereço	18. -	
19. Finalização de uploads/liberação de 270)	19. -	

Ademais, os termos da contratação são bastante claros, havendo diversas menções à adesão a cartão de crédito no instrumento contratual, além de expressa autorização do autor para reserva de margem consignável (RMC) e descontos para pagamento do valor correspondente ao mínimo da fatura mensal do cartão, além da solicitação do saque autorizado, afastando, portanto, a alegação equivocada de que não contratou o negócio jurídico e nem o saque não merece ser mantida devendo ser reformada a r. sentença.

Em decorrência da realização do negócio jurídico o recorrido teve averbado em seu benefício, a 04/05/2018, sob o código de reserva nº 13880363, reserva de margem consignável para descontos do cartão de crédito, sendo-lhe disponibilizado o valor de R\$3.691,70 a título de saque autorizado, depositado via TED em sua conta corrente nº 300047-2 junto a Caixa Econômica Federal (104), agência 304, conforme comprovante de depósito já acostado aos autos, passando ele a sofrer descontos mensais em seu benefício no valor correspondente ao mínimo contratado, observado ainda o valor mínimo de cada fatura, sob a rubrica de PAGAMENTO DÉBITO EM FOLHA.

Apesar de o recorrido ignorar os termos da contratação e negar o saque, certo é que o mesmo fez uso do crédito pelo período de 07/05/2018 (data em que realizado o saque com o depósito do valor em sua conta corrente) a 25/07/2018 (data em que efetuada a devolução do valor mediante depósito de R\$3.691,70), de forma a justificar não só os descontos das parcelas do cartão de crédito em seu benefício em julho/2018 e

agosto/2018, mas também a diferença do valor restituído a título de encargos rotativos desse curto período em que permaneceu com o valor.

Portanto, considerando o período em que o recorrido permaneceu com o valor, **cerca de 75 dias**, não bastava ele simplesmente devolver o valor, mas também os encargos rotativos, repita-se, não havendo se falar em pagamento indevido, sendo que em razão de sua devolução a averbação dos descontos foi excluída.

Dessa forma, a sentença recorrida deverá ser reformada quanto a tal matéria.

III.II – DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO

Em sentença o Douto Magistrado entende, vejamos:

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, julgo **procedentes os pedidos iniciais**, para, confirmando a tutela que fora antecipada, declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes, objeto dos documentos anexados através dos IDs 50628665, 50628678, 50628692 e 50628715, condeno o Réu a restituir em dobro, na forma do parágrafo único do artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor os valores descontados do benefício previdenciário do Autor.

Ora, o recorrente não concorda com a restituição pelo fato de que nenhum valor foi cobrado ou pago indevidamente pela recorrida, restando comprovado seu consentimento na realização do negócio jurídico, além de não estarem satisfeitos os requisitos que autorizam a aplicação do art. 42 do CDC, conforme jurisprudência remansosa do STJ.

De fato, todos os valores a serem cobrados encontram expressa previsão regulatória e contratual. Não houve nenhuma cobrança efetuada à revelia da recorrida. Em nenhum caso foi ela surpreendida com a cobrança indevida das parcelas. Pelo contrário, concordou expressamente com a sua incidência e com seus valores.

Ressalta-se que somente pode haver repetição do indébito em caso de prova inequívoca do pagamento indevido ou em excesso, o que em nenhum momento se vislumbra nos autos, muito pelo contrário. A recorrida somente se obrigou ao pagamento das fatura do cartão de crédito conforme previsto no contrato previamente assinado, não havendo se falar em qualquer abusividade que justifique a devolução.

Além disso, imprescindível se ressaltar que não é possível restituir de forma simples ou até mesmo em dobro qualquer valor a recorrida, em vista do que foi previamente pactuado entre as partes, o que denota a boa-fé do credor ora réu.

Nesse sentido dispõe a súmula 159 do E. STJ:

“Cobrança excessiva, mas de boa-fé, não dá lugar às sanções do art. 1.531 do Código Civil.”

Assim, não havendo má-fé da instituição ré, requisito necessário para autorizar a devolução em dobro.

Entende o apelante, que os descontos são devidos haja vista que o recorrido anuiu com todos os termos do contrato e usufruiu dos valores contratados, conforme demonstrado alhures, sendo assim não há que se falar em restituição dos valores ao recorrido, seja de forma simples e quiçá em dobro.

Contudo, no campo da eventualidade, caso esta Egrégia Câmara Recursal admita a existência de descontos indevidos, a jurisprudência já pacificou o entendimento no sentido da necessidade de comprovação da existência de inequívoca má-fé do credor para a hipótese de devolução de valores em dobro, fato que, evidentemente, não ocorre no caso em exame.

“EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO - ARRENDAMENTO MERCANTIL - LEASING - CDC - APLICAÇÃO - TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS FIXADA NO CONTRATO - VALIDADE - LIMITE DE 12% A.A. - NÃO CABIMENTO - PRECEDENTE DO STF E STJ - REPETIÇÃO DO INDÉBITO - DOBRO - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ - COMPENSAÇÃO COM SALDO DEVEDOR - CABIMENTO - COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SÚMULA 306 DO STJ - CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - LICITUDE FACE CONTRATO - JUROS MORATÓRIOS - LIMITE E TERMO INICIAL -- TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO - LEGALIDADE - 1º RECURSO NÃO PROVIDO, 2º RECURSO PROVIDO EM PARTE.-O CDC é aplicável aos contratos bancários, conforme pacificado na Súmula 297 do STJ, se houver relação de consumo e no que couber. -A teor das Súmulas 596 e 07 vinculante do STF, não há limitação para contratação da taxa de juros remuneratórios pelas instituições financeiras. -Não comprovado que a taxa de juros remuneratórios foi fixada de maneira abusiva, é inviável a sua redução. **A devolução em dobro de valores eventualmente cobrados de maneira indevida está condicionada à comprovação da má-fé por parte do credor. (...)**” (Apelação Cível Nº 1.0024.09.667384-3/002 - Relatora: Exm^a. Sr^a. Des^a. MÁRCIA DE PAOLI BALBINO , 17ª CÂMARA CÍVEL do TJMG, 24/05/2011).

Por analogia, o mesmo entendimento exposto acima deve ser aplicado ao artigo 42, § único, do CDC.

“EMBARGOS INFRINGENTES - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - LIMITES DOS INFRINGENTES - DEVOLUÇÃO EM DOBRO - AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. Os embargos infringentes devem se comportar dentro dos limites da divergência verificada na decisão embargada, não podendo rediscutir a matéria em que não houve desacordo. A repetição em dobro do indébito, prevista no parágrafo único, do artigo 42, do Código de Defesa do Consumidor, só se justifica se houver comprovada má-fé do credor.” (Emb. Infr. n. 1.0702.07.392128-1/002, 15ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Des. Jose Affonso da Costa Côrtes, 14/01/2009).

Consequentemente, a sentença recorrida também deverá ser reformada quanto a tal matéria, vez que o recorrido concordou com todas as cláusulas contratuais conforme demonstrado alhures, usufruiu dos valores requeridos por 75 dias e sendo assim não há que se falar em restituição de valores.

III.III - DA INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS AO DEVER DE INDENIZAR

Ora Nobres Julgadores, conforme sabido o dano precisa ser provado, indubitavelmente, já que sem o mesmo também não há responsabilidade civil, cumprindo ressaltar que se nega a indenização quando não se prova a sua existência, eis que é corrente que não se indenizam danos hipotéticos.

A condenação no dever de indenizar somente ocorrerá mediante prova inequívoca da existência do dano, para que se possa avaliar o *quantum* dos prejuízos. Como o recorrido não apresentou com precisão qualquer prova dos prejuízos sofridos, a condenação à indenização concedida não tem qualquer amparo legal.

O repertório doutrinário apresentado a seguir, não deixa dúvida quanto à inexistência do dano a ser indenizado:

“Para que se conceda o ressarcimento, necessário se torna que o credor efetivamente tenha experimentado prejuízo real ou concreto” (Barros Monteiro, Curso de Direito Civil, 4º Vol. Pag. 368, 6ª Ed.)

“O prejuízo deve ser certo, é regra essencial da reparação. Com isto se estabelece que o dano hipotético não justifica a reparação” (Aguiar Dias, Da Responsabilidade Civil, vol. 2º, pag. 230).

“Não basta a alegação de prejuízo para obter a indenização do dano; é mister a prova do nexo entre a omissão do réu e o prejuízo do autor” (Revista Forense, vol. 188, pag. 255).

“Não pode haver condenação em perdas e danos, se não há prova dos danos ou prejuízos” (Revista Forense, vol. 173, pag. 213).

“O dano indenizável deve ser o efetivo e não o potencial” (Revista Forense, vol. 177, pag. 155).

Estamos diante de uma situação que pode causar, no máximo, um mero aborrecimento momentâneo, passível de ocorrer todos os dias com qualquer cidadão comum, não podendo ser admitida a reparação financeira deferida nos autos em destaque.

Nessa linha:

“EMENTA: CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO COMINATÓRIA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - CDC - APLICAÇÃO - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - ART. 14 DO CDC - DUPLICIDADE DE PAGAMENTO DE FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO - DANO

MORAL - AUSÊNCIA DE PROVA - SIMPLES **ABORRECIMENTOS** - INDENIZAÇÃO - NÃO CABIMENTO - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - NÃO CONFIGURAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.- Conforme dispõe o art. 14 do CDC, o fornecedor de serviços e produtos responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores.- Não cabe indenização por dano moral se não provada qualquer circunstância que revele ofensa moral.- Para configuração do dano moral não basta o mero dissabor, o aborrecimento, e a aflição exacerbada, nem esse se verifica pela simples execução deficiente do serviço contratado.- Para que ocorra condenação em multa por litigância de má-fé, a parte deve comprovar, de maneira clara e inequívoca, a ocorrência de ato hábil a ensejar tal condenação, dentre as hipóteses do art. 17 do CPC.- Recurso conhecido e não provido." (Ap. Cív. 10106.09.043980-8/001, Rel. Des. Marcia de Paoli Balbino, 17ª Câm. Cív. TJMG, 05/11/2010).

Não se verifica pela simples narrativa inicial, muito menos pelo contexto probatório dos autos, o menor sinal de que a personalidade da apelada tenha sido violado, causando-lhe dor, sofrimento, angústia ou humilhação.

Não houve, portanto, comprovação de qualquer prejuízo capaz de ensejar a reparação pretendida, ainda por cima na quantia arbitrada (R\$ 15.000,00).

Dessa forma, considerando a ausência dos requisitos necessários ao dever de indenizar, a reforma da decisão recorrida é medida que se impõe, pelas razões expostas.

III.IV - DA REDUÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO – RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – IMPOSSIBILIDADE DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

Caso, por hipótese (princípio da eventualidade), esta D. Câmara não entender pela improcedência do pedido inaugural, deverá, ao menos, em respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, reduzir o valor da condenação, fixado no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelo juiz de 1ª instância.

A jurisprudência pátria é uníssona no sentido de que o valor fixado para a indenização deve pautar-se pela moderação, entendendo que a reparação civil não tem a finalidade de enriquecimento sem causa da parte postulante:

"INDENIZAÇÃO - DANO MORAL - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - PAGAMENTO EFETUADO E NÃO LANÇADO PELA EMPRESA RECEBEDORA - RECEBIMENTO PELO PREPOSTO - INCLUSÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO DE FORMA INDEVIDA - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. (...) A mensuração do dano moral consiste em árdua tarefa para o julgador, que deve pautar-se segundo parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, para que o valor da indenização se equilibre com a intensidade e gravidade da dor sofrida, sem, no entanto, resultar em enriquecimento sem causa para a vítima. (Apelação Cível nº. 2.0000.00.476108-4/000(1), Desembargador Relator José Affonso da Costa Côrtes, publicada no DOU de 12/04/2007).

Não é razoável que o valor da condenação se desvirtue da função da reparação civil da forma como criada pelo legislador processual, tornando-se uma fonte de enriquecimento sem causa e ilícito da parte favorecida.

Por isso, ainda que os ilustres Juízes componentes desta Turma Julgadora entendam pela prevalência dos fundamentos da sentença, mesmo assim a decisão

combatida deverá ser reformada, no sentido de ser reduzido drasticamente o *quantum* indenizatório, pelas razões expostas, evitando, assim, o enriquecimento injusto e sem causa da parte autora.

IV – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, considerando as razões de fato e de direito alinhavadas, além da jurisprudência colacionada, requer o recorrente que seja reformada a sentença hostilizada, culminando na improcedência do pedido, ou como pedido alternativo que não seja concedida a indenização por danos morais ou seja minorada e a restituição seja de forma simples como medida de direito e de inteira JUSTIÇA!

Termos em que, requer e espera deferimento.

Belo Horizonte, 31 de Maio de 2019.

Fabiano Toffalini
OAB/MG 46.846

Thaís Scalabrini de Souza Morais
OAB/MG 178.714

CARVALHO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA:

WELLINGTON ANTONIO DE CARVALHO OAB-MG 37.469

WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 156.929

WENDER BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 37.435E



AO EXMO. SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG.

Processo nº 5002495-64.2018.8.13.0647

WEVERTON TARLEY DE CARVALHO, já devidamente qualificado nestes autos, vem respeitosamente à augusta presença de Vossa Excelência, através dos advogados que esta subscrevem, para apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso de apelação em laudas apartadas.

Nestes termos, pede e espera DEFERIMENTO.

São Sebastião do Paraíso – MG, 12 de julho de 2019.

WELLINGTON ANTONIO DE CARVALHO

OAB/MG Nº 37.469

WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO

OAB/MG Nº 156.929



EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Origem: 5002495-64.2018.8.13.0647

Apelante: Banco BMG S/A

Apelado: Weverton Tarley de Carvalho

CONTRARAZÕES DE APELAÇÃO

Ínclitos Julgadores,

A Douta Sentença do Juízo “a quo” deverá prevalecer, uma vez que teve suporte em fatos verdadeiros que trouxeram muito sofrimento pelo constrangimento enfrentado, e tudo foi sobejamente provado na Instrução.

Alega o Banco Recorrente, sem qualquer razão plausível que o Recorrido, Autor deste feito:

...“celebrou com o banco-recorrente TERMO DE ADESÃO A CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLJA DE PAGAMENTO Nº ADE 52076175, vinculado PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE SAQUE MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO, tendo o autor emitido, na oportunidade, uma CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, conforme documentos já acostados aos autos”...

E aí está o cerne da questão que levou ao resultado desfavorável ao Recorrente, pois, este Recorrido-Autor, jamais celebrara qualquer contrato de adesão a cartão de crédito com quem quer que seja.

Foi surpreendido quando verificou descontos das parcelas do referido cartão em sua pequena aposentadoria, sem que tivesse este, ao menos, sido procurado por representantes do Recorrente, lhe oferecendo a possibilidade de empréstimo consignado e nem cartão de crédito.

Quando recebeu referido cartão, sem desbloqueá-lo, tratou de procurar representantes do Banco Recorrente para pedir o cancelamento, o que fora prometido mas não cumprido, enquanto os descontos

CARVALHO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA:

WELLINGTON ANTONIO DE CARVALHO OAB-MG 37.469

WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 156.929

WENDER BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 37.435E



continuavam a ser realizados em aposentadoria muito o prejudicando em seu orçamento modesto mais equilibrado para manutenção de sua família.

Com a inércia do Banco Recorrente em proceder ao cancelamento do cartão, não tinha mesmo outra alternativa a este Recorrido-autor, a não ser procurar as vias judiciais, e liminarmente, conseguiu a ordem para que o banco réu, ora recorrente, se abster de fazer descontos no valor de R\$ 70,58 (setenta reais e cinquenta e oito centavos) na conta corrente/salário do Autor no **BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, tendo essa liminar sido confirmada com a D. e R. Sentença que **ACERTADAMENTE** declarou inexistente a relação jurídica entre as partes e ainda condenou o Recorrente às custas da lei, dano moral e honorários advocatícios.

Sua Excelência o Juízo “a quo”, sensível aos fatos apurados, declarou na D. Sentença que o Recorrente-Réu, deveria afastar de práticas ilícitas, buscando o lucro e impondo sofrimento a segurados, utilizando-se dados já constantes de seus cadastros a equidade, cautela e prudência, a gravidade da culpa.

Nesse diapasão, condenou o Recorrente, diante da ocorrência do dano moral, procedente o pedido inicial de indenização por dano moral e considerou a natureza da lesão e a extensão do dano; e mediante as condições pessoais do ofendido ora Recorrido; condenando a recorrente a restituir em dobro os valores descontados da aposentadoria do Recorrido, e ainda, arbitrou a importância R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) pelo dano moral causado e também na sucumbência no patamar de 10% sobre o valor da condenação .

Insta salientar que não houve a anuência deste Recorrido para emissão do cartão, nem para realização do contrato e em momento algum fora ele procurado para assinar qualquer documento que pudesse alicerçar aludida transação contratual.

Não há assinatura deste Recorrido em nenhum documento que pudesse dar ao Banco Recorrente razão para emissão de ordem de desconto de parcelas.

Em contato telefônico com o Banco BMG, ora Recorrente, o Autor, ora recorrido, recebeu a informação de que realmente o banco havia depositado a quantia **SEM** autorização deste recorrido, para que, caso o Autor precisasse do dinheiro, este estaria à sua disposição, segundo relatou a funcionária do banco.

Na ocasião, o autor, ora recorrido, de pronto informou que **NÃO** autorizou o referido depósito em sua conta, e que gostaria de devolvê-lo imediatamente, pelo que fora emitido pelo banco um “**boleto de devolução**” da quantia ilegalmente depositada em conta salário do Autor/ recorrido, o qual explicita a seguinte mensagem em seu cabeçalho:

“Prezado Cliente, tendo o Sr(a), informado ao Banco BMG que não contratou o saque a débito do seu BMGCard, encaminhamos o presente boleto para que o Sr(a)., através do seu pagamento, devolva-nos o valor disponibilizado e esse título em sua conta corrente/poupança.



Informamos que a ausência de pagamento deste boleto ratificará a contratação do saque a débito do seu cartão e crédito consignado, cujo valor respectivo será lançado na próxima fatura do seu cartão, acrescido dos encargos e tarifas incidentes, nos termos do Regulamento do Cartão.” (vide cópia da fatura anexa à inicial).

Ora Excelência, o Réu, ora recorrente, confessou que depositou dinheiro na conta do Autor, ora recorrido, sem sua devida autorização, e como se não bastasse, lhe ameaçou através da mensagem constante da “fatura de devolução”, impondo-lhe que em caso de ausência de pagamento do boleto, ficaria ratificado a contratação, a qual lhe seria cobrado na próxima fatura com acréscimo de encargos e tarifas.

Não restando outra saída, e para evitar maiores prejuízos, o Autor/ recorrido, realizou o pagamento da “fatura de devolução” na data de 25/07/2018, no valor de R\$ 3.691,70 (três mil seiscentos e noventa e um reais e setenta centavos), conforme faz prova o comprovante de pagamento do referido documento anexo aos autos.

E as abusividades não pararam, senão vejamos:

Depois de toda humilhação e sofrimento causado ao Autor, ora recorrido, que teve dificuldades para solucionar o problema, junto ao Banco BMG, ora recorrente, e a gosto deste, o Banco BMG efetuou mais um desconto na aposentadoria do Autor, no mesmo valor de R\$ 146,64 (cento e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), e com o mesmo grau de maldade, enviou boleto de cobrança ao endereço do Autor/Recorrido, com vencimento em 10/08/2018, para pagamento da suposta dívida (cópia do boleto também anexa à exordial).

Ou seja, o Banco BMG, ora recorrente, aplicou um verdadeiro “golpe” contra o Autor/Recorrido, depositando em sua conta/salário dinheiro que não lhe foi solicitado ou contratado e, após a reclamação do Autor/Recorrido, o Banco ora recorrente, reconhecendo o abuso (ato ilícito), emitiu boleto para devolução do dinheiro indesejado, inclusive com nota de ameaça contra o Autor/Recorrido e como se já não bastasse, o recorrente, ignorou tudo que já havia ocorrido e todas as medidas de recusa realizadas pelo recorrido, efetuou no mês seguinte novo desconto na aposentadoria do Autor/Recorrido e este desconto, na mesma quantia anteriormente descontada e, ainda lhe enviou nova cobrança da suposta dívida através de boleto com vencimento em 10/08/2018.

CARVALHO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA:

WELLINGTON ANTONIO DE CARVALHO OAB-MG 37.469

WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 156.929

WENDER BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 37.435E



Ora eminentes Julgadores, ficou sobejamente comprovado as atitudes ilícitas praticadas pelo Banco Réu, ora recorrente, devendo estes, serem responsabilizados pelas arbitrariedades que cometeram, tendo sua Excia., o Juiz 'a quo', prolatado brilhante sentença, que haverá de ser mantida por Vossas Excelências, por ser medida de inteira JUSTIÇA.

Importante esclarecer ainda, que o Autor ora recorrido, recebeu em sua residência, através de carta posta no correio, sem sua autorização, 01 (um) Cartão de Crédito do Banco recorrente, **PORÉM** jamais o utilizou, estando o mesmo até a presente data bloqueado, **NÃO** tendo o recorrido sequer cadastrado senha para a utilização do referido cartão, estando o mesmo intacto, da forma em que foi recebido.

Segue abaixo, tal como já noticiado o cartão recebido e não utilizado:



Como pode ser notado na imagem acima, o cartão sequer fora desbloqueado, estando com o selo que indica como realizar o desbloqueio do cartão intacto, inclusive está colado em cima de parte do chip do cartão, o qual é indispensável e necessário para a realização de qualquer operação com referido cartão.

Ademais, o recorrente teve a faculdade de produzir prova de que o referido cartão teria sido utilizado pelo recorrido, porém deixou de fazer, justamente porque sabe que o cartão enviado ao recorrido jamais fora desbloqueado.

CARVALHO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA:

WELLINGTON ANTONIO DE CARVALHO OAB-MG 37.469

WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 156.929

WENDER BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 37.435E



Ficou claro que o **Réu, ora recorrente** de forma **ABUSIVA** e **INTENCIONAL**, prejudicou o Autor, aqui recorrido, trazendo grande prejuízo e insatisfação para este, e desrespeitando agressivamente os direitos do consumidor.

Na simples leitura da peça de apelação, ora guerreada, observa-se facilmente que as alegações trazidas pelo Banco recorrente estão **TOTALMENTE DIVORCIADAS** dos fatos constantes na presente ação, pois, alega o recorrente, no primeiro parágrafo das pág. 7 de suas razões de apelação, que o valor permaneceu cerca de 75 dias na conta deste recorrido, não bastando este simplesmente devolver o valor, mas também deveria ter devolvido os encargos rotativos.

Ora, o próprio banco recorrente que, reconhecendo seu erro, emitiu a “fatura de devolução”, ocasião em que, este recorrido, prontamente tratou de realizar o pagamento pois que sabedor que aquela quantia não lhe pertencia.

Outro ponto que merece destaque, é no tópico “III.II – Da repetição do Indébito”, onde mais uma vez, o recorrente expressa fatos e argumentos totalmente diverso do cerne da presente demanda, chegando ao absurdo de dizer não concordar com a restituição pelo fato de que nenhum valor foi cobrado ou pago indevidamente, restando comprovado o consentimento deste recorrido na realização do negócio jurídico.

Disse ainda que todos os valores a serem cobrados encontra expressa previsão regulatória e contratual, chegando absurdamente a dizer que este recorrido concordou expressamente com a incidência e com os valores cobrados.

Mais uma vez, observa-se que a peça de Razões de Apelação não trás conexão com os fatos e as provas carreadas nestes autos, devendo pois, **NÃO SER APRECIADA**.

Não merece prosperar ainda a alegação da recorrente de que inexistem requisitos necessários ao dever de indenizar.

As atitudes da recorrente, demonstraram claramente o dano financeiro e psicológico causado ao autor recorrido e isso ficou sobejamente provado nos autos, tendo novamente, o Juiz “a quo”, acertadamente condenando o recorrente a indenizar pelos danos morais experimentados pelo recorrido, e essa condenação há de prevalecer.

Pelos fatos e pela irresponsabilidade do recorrente, claro ficou que não estamos de frente de um mero aborrecimento momentâneo, isto porque, o recorrente teve seus parcos rendimentos financeiros (aposentadoria) afetados, sem contar os descontos que vieram a ocorrer em sua conta salário, ficando o mesmo, por vários dias diante desta arbitrariedade, devendo pois, ser indenizado pelos dissabores experimentados.

O que se observa nas Razões de Apelação, é o nítido caráter protelatório do mesmo, não tendo o banco recorrente, ao menos, elaborado suas razões em consonância com o presente feito, o que se vê é que, utilizou outras razões de apelação, ou seja, aplicou o conhecido “Ctrl C - Ctrl V”, tendo apenas copiado e colado na peça ora guerreada, não merecendo a mesma prosperar.

Importante frisar ainda que, a presente demanda trata-se nitidamente de questão consumerista, tendo sido de rigor, **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**, e conseqüentemente, deveria a Recorrente

CARVALHO ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA:

WELLINGTON ANTONIO DE CARVALHO OAB-MG 37.469

WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 156.929

WENDER BONACINI DE CARVALHO OAB-MG 37.435E



ter apresentado toda documentação relacionada aos fatos aqui discutidos, **e a mesma deixou de fazer a tempo e hora**, já que isso lhe incumbia, se contradizendo a toda hora.

A conduta da recorrente foi ilícita, o que se viu de forma incontroversa e por isso deve sim ser responsabilizada.

Diante todo o exposto requer a Vossas Excelências:

1 – Preliminarmente, que **NÃO SEJA CONHECIDO O APELO** ora guerreado por não preencher os requisitos legais atinentes a qualquer apelação haja visto que as razões da recorrente estão totalmente divorciadas de todo o processado e julgado, devendo o mesmo ser **REJEITADO preliminarmente**;

2 - **Alternativamente**, caso Vossas Excelências não entenderem ser o apelo rejeitado, **REQUER seja o mesmo julgado TOTALMENTE IMPROVIDO, no sentido de manter incólume a Majestosa Sentença prolatada pelo Juiz “a quo”, por ser medida de inteira, cristalina e salutar JUSTIÇA;**

3 – Requer por derradeiro, seja a **recorrente condenada ao pagamento de honorários sucumbências majorados na forma do Artigo 85, § 11 do NCPC**, levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal.

Nestes termos, pede e espera DEFERIMENTO.

São Sebastião do Paraíso – MG, 13 de julho de 2019.

WELLINGTON ANTONIO DE CARVALHO

OAB/MG Nº 37.469

WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO

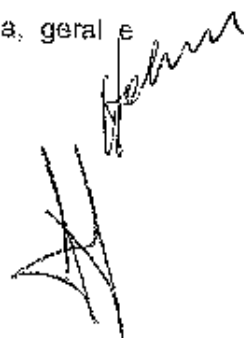
OAB/MG Nº 156.929

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SÃO SEBASTIAO DO PARAISO DO ESTADO DO MINAS GERAIS.

Autos do Processo nº: 5002495-64.2018.8.13.0647

O Réu, **BANCO BMG S/A**, instituição financeira de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74, com sede na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830, 13º andar, Bairro Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP: 04543-900, e a parte Autora **WEVERTON TARLEY DE CARVALHO**, já qualificada, por seus respectivos advogados infra-assinados, vêm, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, informar que celebraram acordo, objetivando o encerramento do processo, obedecendo às seguintes condições:

O Réu oferece e a parte Autora aceita receber a quantia de R\$ 12.208,29 (Doze mil duzentos e oito mil reais e vinte e nove centavos), sendo R\$ 11.000,00, (Onze mil reais) a título de danos morais e materiais, R\$ 1.208,29 (Um mil duzentos e oito reais e vinte e nove centavos) a título de honorários de sucumbência, para quitação plena, geral e irrevogável das verbas pleiteadas.



O pagamento do acordo será feito mediante depósito bancário em conta de titularidade do patrono da parte Autora, WELLINGTON BONACINI DE CARVALHO, INSCRITO NO CPF MF SOB O Nº 029.031.006-75, JUNTO Ao Banco Bradesco S.A, AGÊNCIA: 1627, CONTA CORRENTE Nº 14.786-9, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao protocolo da presente petição.

Os dados para depósito foram fornecidos pela parte Autora, de modo que fica sendo o único responsável pela veracidade dos mesmos, desde já isentando o banco Réu de qualquer penalidade em caso de impossibilidade de se efetuar o depósito por incorreção ou divergência dos dados informados. Nesse caso, o depósito do valor acordado será feito em conta judicial, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do último dia fixado para realização do depósito acima mencionado.

Realizado o pagamento do acordo, a parte Autora e seu respectivo patrono dão ao Réu a mais plena, irrevogável e irretratável quitação de tudo que está sendo reclamado nesta ação, para nada mais reclamar a que título for, direta ou indiretamente do objeto discutido na presente ação, ou de suas consequências, inclusive no que concerne aos danos materiais e morais e outros mais passíveis de indenização, bem como às custas e despesas processuais, honorários advocatícios e sucumbenciais, renunciando expressamente a qualquer direito postulatório presente, passado e futuro sobre os fatos, direitos e obrigações em que se fundam essa ação, em Juízo ou fora dele.

As partes renunciam e desistem expressamente da interposição de recursos ou outras medidas cabíveis, em qualquer tempo, local e Juízo, inclusive ação rescisória. As partes arcarão com as custas e despesas a que deram causa, bem como com os honorários advocatícios de seus respectivos patronos.

Informa ainda o Banco Réu, que através do presente acordo irá liquidar e cancelar o contrato, liberar margem, cancelar os descontos, bem como retirar o nome do autor dos cadastros de restrição ao crédito spc/serasa.



Assim, por estarem as partes certas e ajustadas nas condições acima mencionadas, requerem a **HOMOLOGAÇÃO** da presente transação para que surta seus jurídicos e legais efeitos de coisa julgada, como também a extinção da ação, uma vez comprovada a quitação, nos termos dos artigos 924 e 487, inciso III, alínea B, no Novo Código de Processo Civil.

Termos em que

Pede deferimento.

São Paulo, 5 de novembro de 2019.

WELLINGTON BORACINI DE CARVALHO

OAB/MG 156.929



BANCO BMG S/A

Fabiano Toffalini
OAB/MG 46.846



EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – PRELIMINAR DE FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA REJEITADA – EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NÃO RECONHECIDO PELA PARTE – INOBSERVÂNCIA DA FORMALIDADE EXIGIDA PELO INSS – DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO – PRIVAÇÃO DOS RECURSOS PARA SOBREVIVÊNCIA – REPETIÇÃO DO INDÉBITO – DANO MORAL CONFIGURADO – VALOR FIXADO ELEVADO – REDUÇÃO CABÍVEL. A reprodução na apelação das razões apresentadas na petição inicial não determina a negativa de conhecimento do recurso, desde que haja compatibilidade com os temas decididos na sentença. Precedentes do STJ. A realização de empréstimo para desconto em benefício de aposentadoria depende da formalização expressa, inclusive com a autorização para o desconto, nos termos da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28, de 2008. Compete à Instituição Financeira provar que o empréstimo foi realizado na forma exigida pela instrução normativa do INSS, sendo certo que a contratação de empréstimo consignado, realizada por terceiros e mediante fraude, configura negligência na prestação do serviço bancário. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou, quando restar demonstrado que a instituição financeira continuou a proceder aos descontos em seu benefício previdenciário, mesmo após ter recebido todo o importe depositado indevidamente na conta corrente do aposentado, ocasionando prejuízos infligidos à parte, certamente com o intuito de aumentar seus lucros. Ocasiona dano moral a privação de recursos indispensáveis à própria subsistência. A indevida privação de parte de benefício previdenciário certamente ultrapassa os meros aborrecimentos da vida moderna, ensejando, conseqüentemente, o dever de indenizar pelos danos morais por ele suportados. Na fixação do valor da compensação, imprescindível sejam levadas em consideração a proporcionalidade e razoabilidade, a fim de suprir o caráter punitivo-pedagógico do dano moral, não se afigurando, pelo seu montante, como exagerada a ponto de se constituir em fonte de renda, já que tem o nítido caráter compensatório.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0000.19.074699-0/001 - COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - APELANTE(S): BANCO BMG SA - APELADO(A)(S): WEVERTON TARLEY DE CARVALHO

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, a 16ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0000.19.074699-0/001

ata dos julgamentos, em **REJEITAR A PRELIMINAR E DAR PARCIAL
PROVIMENTO AO RECURSO.**

DES. MARCOS HENRIQUE CALDEIRA BRANT
RELATOR.



DES. MARCOS HENRIQUE CALDEIRA BRANT (RELATOR)

V O T O

Trata-se de Apelação interposta por **Banco BMG S.A.** em face da sentença (documento eletrônico 43) proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de São Sebastião do Paraíso que, nos autos da “ação declaratória de inexistência de débito c/c indenizatória por danos morais c/c restituição de valores descontados em conta bancária destinada a depósito de pagamentos de benefícios recebidos do INSS, com pedido liminar de suspensão dos descontos em conta salário”, ajuizada por **Weverton Tarley de Carvalho**, julgou procedentes os pedidos iniciais, para, confirmando a tutela que fora antecipada, declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes, objeto dos documentos anexados através dos IDs 50628665, 50628678, 50628692 e 50628715, condenou o **Réu** a restituir em dobro, na forma do parágrafo único do artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor os valores descontados do benefício previdenciário do **Autor**.

Diante da conclusão acerca da ocorrência do dano moral, julgou também procedente o pedido indenizatório por dano moral e considerando a natureza da lesão e a extensão do dano; condições pessoais do ofendido; condição do **Réu** que deve se afastar de práticas ilícitas, buscando o lucro e impondo sofrimento a segurados, utilizando-se de dados já constantes de seus cadastros; a equidade, cautela e prudência; a gravidade da culpa e, o arbitramento em função da natureza e finalidade da indenização, condenou o **Réu** a pagar ao **Autor** a importância de R\$15.000,00 (quinze mil reais), corrigidos a



Apelação Cível Nº 1.0000.19.074699-0/001

contar desta data, mas com juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês desde a data da suposta contratação (04.05.18 – ID 56754981).

Em razão da sucumbência, condenou o **Réu** no pagamento de honorários advocatícios que arbitrou em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação a título de danos morais, corrigidos.

Nas razões (documento eletrônico 48), o **Réu/Apelante** alega, em síntese: **a)** que o **Autor/Apelado** celebrou por meio eletrônico o contrato noticiado nos autos, não havendo irregularidade em sua contratação; **b)** que não houve má-fé, não havendo que se falar em restituição em dobro dos valores descontados; **c)** que não houve provas do alegado dano moral; **d)** que o valor arbitrado a título de danos morais é exorbitante, devendo ser reduzido, sob a pena de configurar enriquecimento ilícito, vedado em nosso ordenamento jurídico. Requer a reforma da sentença, para que sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial. Subsidiariamente, pugna pela redução do valor arbitrado a título de danos morais.

Contrarrazões recursais apresentadas (documento eletrônico 52), nas quais o **Autor/Apelado** suscita preliminar de não conhecimento do recurso, por falta de impugnação específica dos fundamentos da sentença. No mérito, requer a manutenção da sentença.

Intimado para se manifestar sobre a preliminar suscitada, o **Réu/Apelante** (documento eletrônico 54) rebateu os argumentos expendidos pelo **Autor/Apelado**, requerendo o prosseguimento do feito, a fim de dar provimento ao recurso, por tudo nele exposto.

É o relatório. Decido.

PRELIMINAR

NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA SENTENÇA



O **Autor/Apelado** suscita preliminar de não conhecimento do apelo, alegando que não foram atacados os fundamentos constantes na decisão.

Sem razão o **Autor/Apelado**.

Com efeito, não merece conhecimento o recurso que não ataca os fundamentos da decisão recorrida, porquanto caracteriza-se a ausência da necessária dialeticidade abstraída dos art. 93, IX, da CR/88 e 1.010, II do CPC/15.

Todavia, no caso vertente não se verifica a alegada mera reprodução do teor da contestação, mas apenas a devolução da questão ali originalmente discutida.

Deve-se salientar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que a mera circunstância de consistir o apelo em cópia do conteúdo da exordial ou da contestação, por si só, não configura violação do princípio da dialeticidade, desde que, pelas razões apresentadas, possa-se verificar o interesse na reforma da decisão.

Nesse sentido:

A reprodução na apelação das razões já deduzidas na contestação não determina a negativa de conhecimento do recurso, desde que haja compatibilidade com os temas decididos na sentença (REsp 924.378/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJ 11.4.2008) (STJ, AgRg no AREsp 280.836/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 26/03/2013).

A reprodução na apelação das razões já deduzidas na contestação não determina a negativa de conhecimento do recurso, especialmente quando as razões ali esposadas são suficientes à demonstração do interesse pela reforma da sentença (STJ, AgRg no REsp 1265900, rel. Min. Nancy Andrighi, DJ 24/05/2012).



Pelo exposto, REJEITO A PRELIMINAR e CONHEÇO DA APELAÇÃO, eis que presentes os pressupostos de sua admissibilidade.

MÉRITO

Verifica-se dos autos que o **Autor/Apelado**, aposentado pelo INSS, alega que nunca celebrou contrato de empréstimo consignado junto ao **Réu/Apelante**.

O **Réu/Apelante**, a seu turno, dedicou-se a uma defesa pautada na validade do contrato firmado entre as partes por meio eletrônico, acostando aos autos documentos que entende ser capaz de comprovar referida contratação.

Inicialmente, cumpre ressaltar que no caso aplica-se o Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de relação de consumo, ainda que por equiparação, onde a responsabilidade do **Réu/Apelante** é objetiva, não sendo necessária a análise da culpa para sua caracterização.

Sobre a responsabilidade objetiva, Carlos Roberto Gonçalves, em sua obra Responsabilidade Civil, p. 21/22, preleciona, "verbis":

"Nos casos de responsabilidade objetiva, não se exige prova de culpa do agente para que seja obrigado a reparar o dano. Em alguns, ela é presumida pela lei. Em outros, é de todo prescindível, porque a responsabilidade se funda no risco (objetiva propriamente dita ou pura).

Quando a culpa é presumida, inverte-se o ônus da prova. O autor da ação só precisa provar a ação ou omissão e o dano resultante da conduta do réu, porque sua culpa já é presumida. Trata-se, portanto, de classificação baseada no ônus da prova. É objetiva porque dispensa a vítima do referido ônus. Mas, como se baseia em culpa presumida, denomina-se objetiva imprópria ou impura.

É o caso, por exemplo, previsto no art. 936 do CC, que presume a culpa do dono do animal que venha a causar dano a outrem. Mas faculta-lhe a prova das excludentes ali mencionadas, com inversão do ônus probandi.



Se o réu não provar a existência de alguma excludente, será considerado culpado, pois sua culpa é presumida.

Há casos em que se prescinde totalmente da prova da culpa. São as hipóteses de responsabilidade independentemente de culpa. Basta que haja relação de causalidade entre a ação e o dano."

Assim, na responsabilidade objetiva, a atitude culposa ou dolosa do agente causador do dano é de menor relevância, pois, desde que exista relação de causalidade entre o dano experimentado pela vítima e o ato do agente, surge o dever de indenizar, quer tenha este último agido ou não culposamente.

Examina-se a situação e se for verificada, objetivamente, a relação de causa e efeito entre o comportamento do agente e o dano experimentado pela vítima, surge o dever de indenizar.

Ainda que não se aplique ao caso em comento a inversão do ônus da prova, deve-se ponderar que seria impossível ou extremamente difícil ao **Autor/Apelado** demonstrar que não houve nenhuma contratação realizada, tratando-se de prova cuja impossibilidade de realização faz com que seja chamada de "prova diabólica" que, conforme ensinamentos de Fredie Didier, em sua obra Curso de direito processual civil, Volume 2, pág. 92-93, "verbis":

"é aquela que é impossível, senão muito difícil, de ser produzida. (...). a jurisprudência usa a expressão prova diabólica, outrossim, para designar prova de algo que não ocorreu, ou seja, a prova de fato negativo".

Desta forma, caberia ao **Réu/Apelante** comprovar a existência de relação jurídica firmada entre as partes capaz de justificar os descontos realizados no benefício previdenciário do **Autor/Apelado**.

O **Réu/Apelante** dedicou-se a uma defesa pautada na validade do contrato efetuado em terminais de autoatendimento, mediante a utilização do cartão magnético e com confirmação da contratação feita com a utilização da senha eletrônica (pessoal e intransferível).



É inequívoco que defesa elaborada pelo **Réu/Apelante**, seja quanto à segurança do seu sistema, seja quanto à responsabilidade que o correntista deve ter com o cartão e com a senha é coerente, mas totalmente divorciada da realidade dos autos, em que estamos lidando com empréstimo consignado, ainda que na modalidade de cartão de crédito, que possui critérios rígidos de contratação, justamente com a finalidade de evitar que os beneficiários do INSS sejam alvos de fraudes e, com isso, percam seu único meio de subsistência.

Trata-se da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28, de 2008, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social, “verbis”:

CAPÍTULO II – DA AUTORIZAÇÃO DO DESCONTO

Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que:

I - o empréstimo seja realizado com instituição financeira que tenha celebrado convênio com o INSS/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, para esse fim;

II - mediante contrato firmado e assinado com apresentação do documento de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, junto com a autorização de consignação assinada, prevista no convênio;

III - a autorização seja dada de forma expressa, por escrito ou por meio eletrônico e em caráter irrevogável e irretratável, não sendo aceita autorização dada por telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência.

§ 1º Os descontos de que tratam o caput não poderão exceder o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor da renda mensal do benefício, considerando que o somatório dos descontos e/ou retenções não exceda, no momento da contratação, após a dedução das consignações obrigatórias e voluntárias:

I - até 30% (trinta por cento) para as operações de empréstimo pessoal; e



II - até 5% (trinta por cento) para as operações de cartão de crédito.

§ 2º

§ 3º

§ 4º A autorização, por escrito ou por meio eletrônico, para a efetivação da consignação, retenção ou constituição de Reserva de Margem Consignável - RMC, valerá enquanto subscrita pelo titular do benefício, não persistindo, por sucessão, em relação aos respectivos pensionistas e dependentes.

§ 5º No caso de redução da renda do titular do benefício durante a vigência do contrato, aplica-se o limite previsto no § 1º para as novas averbações.

§ 6º É proibida a consignação das modalidades de crédito financiamento e arrendamento mercantil.

§ 7º A instituição financeira que receber uma solicitação do beneficiário para cancelamento do cartão de crédito, deverá enviar o comando de exclusão da Reserva de Margem Consignável - RMC, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, via arquivo magnético, no prazo máximo de cinco dias úteis da data da solicitação.

§ 8º

Art. 4º A contratação de operações de crédito consignado só poderá ocorrer, desde que:

I - a operação financeira tenha sido realizada na própria instituição financeira ou por meio do correspondente bancário a ela vinculada, na forma da Resolução Conselho Monetário Nacional nº 3.110, de 31 de julho de 2003, sendo a primeira responsável pelos atos praticados em seu nome; e

II - respeitada a quantidade máxima de seis contratos ativos para pagamento de empréstimo pessoal e um para o cartão de crédito do mesmo benefício, independentemente de eventuais saldos da margem consignável, sendo somente permitida a averbação de um novo contrato, condicionada à exclusão de um já existente.

Art. 5º A instituição financeira, independentemente da modalidade de crédito adotada, somente encaminhará o arquivo para averbação de crédito após a devida assinatura do contrato por parte do beneficiário contratante, ainda que realizada por meio eletrônico.

Art. 6º A inobservância do disposto no art. 5º implicará total responsabilidade da instituição financeira envolvida e, em caso de reclamação registrada pelo beneficiário ou irregularidade constatada diretamente



pelo INSS, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação.

Art. 7º A concessão de empréstimo pessoal e cartão de crédito será feita a critério da instituição consignatária, sendo os valores e demais condições objeto de livre negociação entre ela e o beneficiário, respeitadas as demais disposições desta Instrução Normativa.

Art. 8º As informações necessárias à formalização do contrato de crédito poderão ser obtidas:

I - pelos beneficiários, diretamente no sítio eletrônico da Previdência Social (www.previdencia.gov.br/), na opção serviços/extratos de pagamentos; e

II - pelas instituições financeiras, valendo-se de dados fornecidos pelo respectivo beneficiário.

Art. 9º A contratação de empréstimo e cartão de crédito somente poderá ser efetivada no Estado em que o beneficiário tem seu benefício mantido.

Assim, para as operações de empréstimo consignado junto ao INSS, há necessidade do comparecimento pessoal do aposentado na Instituição Financeira (atendimento presencial), sendo imprescindível que o pacto seja firmado/assinado com a apresentação dos documentos pessoais e junto com a autorização para o desconto, só sendo possível a concretização dos descontos depois que o contrato de empréstimo for formalizado (com as assinaturas e juntada do termo de autorização para o desconto) e enviado para a Autarquia Federal.

Entretanto, nada disso aconteceu, tendo o **Réu/Apelante** permitido que fosse realizado empréstimo para ser descontado na referida conta corrente onde seria depositado o benefício previdenciário sem observar a determinação contida na Instrução Normativa acima colacionada.

Ante a ausência de comprovação de negócio jurídico firmado pelo **Autor/Apelado** nos moldes determinados pela Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28 acima colacionada, a declaração da inexistência do débito objeto da lide é medida que se impõe.



Apelação Cível Nº 1.0000.19.074699-0/001

O serviço prestado pelo **Réu/Apelante** evidentemente foi defeituoso, ocasionando os prejuízos infligidos ao **Autor/Apelante**, certamente com o intuito de alcançar suas metas e lucros.

Sabe-se que é perfeitamente passível de ressarcimento o dano moral causado no caso em exame, em que houve cobrança indevida diretamente do benefício previdenciário do **Autor/Apelado**, privando-o de usufruir de sua integralidade.

A privação do **Autor/Apelado** dos recursos indispensáveis à própria sobrevivência certamente ultrapassou os meros aborrecimentos da vida moderna, ensejando, conseqüentemente, o dever de indenizar pelos danos morais por ele suportados.

Nenhuma prova produzida permite o reconhecimento de culpa exclusiva de terceiro ou do **Autor/Apelado**, nem mesmo a ocorrência de caso fortuito ou força maior, para excluir a responsabilidade do **Réu/Apelante** pelos danos causados ao **Autor/Apelado**.

Assim sendo, é de se reconhecer que o **Réu/Apelante** praticou ato ilícito, passível de ensejar a indenização por danos morais pretendida pelo **Autor/Apelado**, não merecendo reparos a sentença proferida nesse sentido.

Com relação ao valor a ser arbitrado a título de indenização por dano moral há que se levar em conta o princípio da proporcionalidade, bem como, as condições do ofendido e a capacidade econômica da empresa ofensora.

Acresça-se a isso a reprovabilidade da conduta ilícita praticada e, por fim, que o ressarcimento do dano não se transforme em ganho desmesurado, deixando de corresponder à causa da indenização.

Nesse sentido, Cavalieri Filho, na obra acima mencionada, p. 90, afirma que, "verbis":

"Creio que na fixação do "quantum debeatur" da indenização, mormente tratando-se de lucro cessante



e dano moral, deve o juiz ter em mente o princípio de que o dano não pode ser fonte de lucro. A indenização, não há dúvida, deve ser suficiente para reparar o dano, o mais completamente possível, e nada mais. Qualquer quantia a maior importará enriquecimento sem causa, ensejador de novo dano. Creio, também, que este é outro ponto onde o princípio da lógica do razoável deve ser a bússola norteadora do julgador. Razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado; que guarda uma certa proporcionalidade. A razoabilidade é o critério que permite cotejar meios e fins, causas e conseqüências, de modo a aferir a lógica da decisão. Para que a decisão seja razoável é necessário que a conclusão nela estabelecida seja adequada aos motivos que a determinaram; que os meios escolhidos sejam compatíveis com os fins visados; que a sanção seja proporcional ao dano. Importa dizer que o juiz, ao valorar o dano moral, deve arbitrar uma quantia que, de acordo com o seu prudente arbítrio, seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes.”

Desse modo, a indenização deve ter um caráter preventivo, com a intenção de fazer com que a conduta danosa não voltar e se repetir, assim como punitivo, visando à reparação pelo dano sofrido. Não deve, todavia, se transformar em objeto de enriquecimento ilícito devido à fixação de valor desproporcional para o caso concreto.

Assim, levando em consideração as questões fáticas, a extensão do prejuízo, bem como a quantificação da conduta ilícita e capacidade econômica dos ofensores, no caso em concreto, a importância a título de danos morais merece ser reduzida ao patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

No tocante à devolução dos valores cobrados indevidamente, não assiste razão ao **Réu/Apelante** ao pleitear que ela seja realizada de forma simples.



Apelação Cível Nº 1.0000.19.074699-0/001

Os documentos acostados aos autos demonstram, de forma clara, que assim que tomou conhecimento do valor depositado indevidamente em sua conta corrente, o **Autor/Apelado** procedeu à devolução de todo o importe, através do “boleto de devolução” emitido pelo **Réu/Apelante** (documento eletrônico n. 11)

Mesmo após receber todo o importe referente ao empréstimo que sequer havia sido solicitado pelo **Autor/Apelado**, o **Réu/Apelante** ainda continuou a realizar descontos indevidos no benefício previdenciário do **Autor/Apelado**, sem se preocupar com as consequências que tais atos acarretariam à vida do **Autor/Apelado**.

Assim, a restituição dos valores indevidamente realizados no benefício previdenciário do **Autor/Apelado** deverá ocorrer em dobro, nos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC, que assim dispõe:

“Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.”

Por todo o exposto, REJEITO A PRELIMINAR E DOU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO interposta para reformar a sentença apenas para reduzir o valor a ser pago pelo **Réu/Apelante** ao **Autor/Apelado** a título de danos morais para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Custas recursais em 90% (noventa por cento) pelo **Réu/Apelante** e 10% (dez por cento) pelo **Autor/Apelado**, suspendendo a exigibilidade do débito por estar litigando sob o pálio da gratuidade judiciária.

DES. OTÁVIO DE ABREU PORTES - De acordo com o(a) Relator(a).



Apelação Cível Nº 1.0000.19.074699-0/001

DES. JOSÉ MARCOS RODRIGUES VIEIRA - De acordo com o(a)
Relator(a).

**SÚMULA: "REJEITARAM A PRELIMINAR E DERAM
PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO"**

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargador MARCOS HENRIQUE CALDEIRA BRANT, Certificado:
771C608F84A72C3FC95A21D40BB826EE, Belo Horizonte, 16 de outubro de 2019 às 15:04:55.
Julgamento concluído em: 16 de outubro de 2019.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador:
1000019074699000120191349243



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

CARTÓRIO DA 16ª CÂMARA CÍVEL - UNIDADE GOIÁS

CERTIDÃO

CERTIFICO que o (a) acórdão/decisão retro transitou em julgado em 20/11/2019. O referido é verdade e dou fé.
Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2019. Eu, Vera Lúcia de Almeida, T001415-9, escrivã do Cartório da 16ª Câmara Cível - Unidade Goiás, assino digitalmente.

